

PEDIDO DE AUXILIO EM MATERIA PENAL

As cartas rogatórias oriundas das justiças estrangeiras são recebidas por via diplomática, no Ministério das Relações Exteriores, que as transmite diretamente ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a concessão do *exequiatur*, isto é, do despacho que ordena a exeqüibilidade, no Brasil, de diligência judicial oriunda do estrangeiro. Os atos judiciais tramitados por meio das autoridades centrais também são enviados ao *exequiatur* do STJ.

Cabe aos juízes federais a competência para processar e julgar, em primeira instância, a execução de carta rogatória, após a concessão de *exequiatur* pelo STJ (artigo 109, inciso X, da Constituição Federal de 1988). Cumprida a carta rogatória, será devolvida ao Presidente do STJ, no prazo de 10 (dez) dias, e por este remetida, em igual prazo, por meio do Ministério da Justiça ou do Ministério das Relações Exteriores, à autoridade judiciária de origem.

Os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo de delibação pelo Superior Tribunal de Justiça (juízo superficial sobre a legalidade de um ato, sem, contudo, adentrar no exame de mérito), ainda que denominados como carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto.

Compete ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, entre outras funções, coordenar a execução da cooperação jurídica internacional, exercer a função de autoridade central para tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional e instruir, opinar e coordenar a execução da cooperação jurídica internacional ativa e passiva.

Assim, os pedidos de cooperação jurídica internacional passiva em matéria penal, que se sujeitam à competência da Justiça Federal brasileira e que não ensejam juízo de delibação do Superior Tribunal de Justiça, são encaminhados pelo DRCI ao Centro de Cooperação Jurídica Internacional (CCJI) da Procuradoria-Geral da República para que este proceda à distribuição dos pedidos às unidades do Ministério Público Federal com atribuição para promover judicialmente os atos necessários à cooperação.

Dependendo da natureza do pedido, este poderá alternativa ou concomitantemente ser encaminhado pelo DRCI ao Departamento de Polícia Federal, para cumprimento, em razão da eventual necessidade da adoção de medidas no âmbito da polícia. Por fim, o pedido de auxílio para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, pode ser encaminhado diretamente pelo DRCI à autoridade administrativa competente, para cumprimento.

O Brasil não adotou formulário rígido que deva ser observado pelas autoridades estrangeiras competentes quando da apresentação de pedidos de auxílio jurídico ao país, devendo ser observados, no entanto, os padrões internacionalmente reconhecidos para esse tipo de solicitação.

